

ANC P-5

## Planalto tenta negociação

O Planalto está disposto a negociar, junto aos líderes, a inclusão de normas nas Disposições Transitórias, fixando e garantindo prazo de seis meses para o Congresso Nacional apreciar os decretos-leis ainda em tramitação na casa. A revelação foi do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que ontem recebeu carta-branca do deputado Ulysses Guimarães e o aval do relator Bernardo Cabral, para buscar um amplo acordo entre as lideranças sobre a matéria. Mantido o texto atual e promulgada a Constituição, todos os decretos pendentes serão revogados e seus efeitos cancelados.

Sant'Anna adverte que uma revogação, pura e simples, de todos os decretos polêmicos baixados pelo Governo, "poderá gerar uma crise institucional e até desestabilizar o País". Para o Palácio do Planalto seria mais conveniente a abertura de um prazo, após a promulgação da nova Carta, que possibilitasse tempo aos líderes para examinar isoladamente cada assunto e, de pois, buscar um acordo para as votações.

### **Divergência**

Mas o líder do PFL, deputa-

do José Lourenço, vai mais além e defende a aprovação de uma norma transitória que garanta, em um prazo máximo de 12 meses após a promulgação da Constituição, a vigência de todos os decretos baixados pelo Governo e que não foram apreciados pelo Legislativo. "Destruir todos os decretos, de uma só vez, é declarar o caos administrativo", preveniu o pefelista. O líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, também contrário à revogação, sustenta a operação caso a caso, procurando evitar "cometer erros brutais com o dinheiro público".

No entanto, os partidos de esquerda, principalmente o PT, PDT, PCB e PC do B, já se declararam abertamente contrários à proposta de fixação de prazos para apreciação dos decretos. "Temos que acabar com esta legislação discricionária esboçada", afirmou o vice-líder do PT, deputado Paulo Delgado, garantindo que promulgada a nova Carta, encerra-se o período de transição, determinando, principalmente, e a nova política econômica antes de ser adotada pelo Governo seja primeiro discutida e aprovada pelo Legislativo".